

*Entenda a
tentativa de
aumento do IOF,
por que foi
barrada e como
proteger seus
clientes em meio
à insegurança
jurídica.*

IOF 2025: A CONFUSÃO DOS DECRETOS, A REAÇÃO DO CONGRESSO E O QUE VOCÊ PRECISA SABER AGORA



@ADVSUSANGAZZANA

WWW.CAMERINGAZZANA.ADV.BR



SUSAN GAZZANA
ADVOGADA



INTRODUÇÃO

Em maio de 2025, o Governo Federal editou os Decretos 12.466, 12.467 e 12.499, que previam aumentos significativos nas alíquotas do IOF. A medida teve forte impacto no mercado e gerou reação imediata do Congresso Nacional.

O resultado? Os decretos foram derrubados por meio do Decreto Legislativo 176/2025. As alíquotas voltaram aos patamares anteriores.

Neste material, você vai entender:

- O que foi proposto nos decretos. ☒
- Por que o Congresso interveio. ☒
- O que permanece vigente. ☒
- E como orientar seus clientes diante desse vai-e-vem jurídico. ☒



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA

1. O QUE OS DECRETOS TENTARAM FAZER

Os decretos publicados pretendiam:

- **Dobrar as alíquotas do IOF-Crédito para empresas.**
- **Tributar adiantamento a fornecedores e risco sacado.**
- **Reonerar operações de câmbio e remessas internacionais.**
- **Criar IOF sobre aportes em previdência privada acima de R\$ 50 mil.**

Impacto imediato: aumento de custo financeiro para empresas, investidores e pessoas físicas.



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA

2. A REAÇÃO DO CONGRESSO

O Congresso Nacional reagiu com rapidez:

- **Alegou que o IOF é um tributo extrafiscal, não arrecadatório.**
- **Apontou que a motivação dos decretos era meramente arrecadatória, violando o princípio da legalidade.**
- **O Senado aprovou, em junho de 2025, o Decreto Legislativo 176/2025, suspendendo os efeitos das normas do Executivo.**

Resultado: volta à vigência das regras anteriores do Decreto 6.306/2007.



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA

3. COMO FICA AGORA (PÓS-REVOGAÇÃO)

As alíquotas do IOF retornaram aos seguintes patamares:

- **Crédito entre empresas: 0,0041% ao dia + 0,38% adicional (1,88% ao ano).**
- **SIMPLES Nacional: 0,88% (operações até R\$ 30 mil).**
- **Câmbio e remessas pessoais: 1,1% (espécie); 3,38% (cartão internacional).**
- **Previdência privada (VGBL, PGBL): IOF zero.**
- **Risco sacado e forfait: seguem sem tributação, salvo coobrigação.**

i Observação importante: A Medida Provisória 1.303/2025, que trata de temas relacionados, ainda está em trâmite. Mudanças futuras não estão descartadas.



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA



4. LIÇÃO PARA ADVOGADOS E EMPRESÁRIOS

- **O governo pode tentar novas alterações via MP.**
- **Empresas precisam revisar seus contratos de crédito e fluxos internacionais.**
- **Planejamento tributário deve incluir cenários de alteração repentina.**
- **Profissionais do Direito devem acompanhar de perto as pautas do Congresso.**



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA



CONCLUSÃO:

As tentativas de aumento do IOF foram barradas, mas o alerta está dado.

O tributo segue como instrumento político e econômico — e pode voltar ao debate a qualquer momento.

✉ Compartilhe este material com quem precisa entender o contexto e se preparar.

Susan Gazzana | Advogada OAB/RS 67.944



SUSAN GAZZANA

ADVOGADA